

Governo vê apoio do Supremo

Os líderes do Governo no Congresso estão certos de que conquistarão hoje a primeira vitória na guerra para manter a medida provisória 190, que suspende por seis meses a aplicação de dissídios coletivos: esperam que o Supremo Tribunal Federal recuse a ação do procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarênga, contra a medida.

A ação do procurador chegou ao Supremo na sexta-feira, sob a alegação de que a 190 é inconstitucional porque repete a mesma intenção que já estava na medida 185, rejeitada pelo Congresso Nacional um dia antes — a Constituição não permite a repetição de uma medida rejeitada pelos congressistas, problema que o Governo tentou contornar com algumas mudanças no texto da 190.

Agora, os líderes do Governo acreditam que o Supremo recusará a ação do procurador, por intermédio de uma solução que contorna a necessidade de julgar se a 190 é ou não uma mera repetição da

185. Para isso, o relator da ação no tribunal, ministro José Carlos Mello, usaria apenas uma interpretação do texto da representação do procurador.

Alegaria o relator que o texto da ação preparado por Aristides representa nada mais do que uma consulta ao Supremo sobre a constitucionalidade da medida 190. Como o Supremo não responde a consultas e apenas julga casos concretos, não seria aceita a reclamação do procurador, que teria então de preparar outro texto se quisesse insistir na questão.

“O José Carlos Mello é muito formalista”, animava-se a liderança do PFL com a possibilidade de o relator recusar o texto do procurador-geral e conquistar, com sua argumentação, a maioria dos colegas no Supremo. Se tudo ocorrer dentro dessa expectativa, os líderes da oposição no Congresso podem, no entanto, aprender a lição e preparar uma representação nova junto ao Supremo. Enquanto isso, o Governo ganha tempo.